

Das delegacias às escolas: Resolução recomenda tratamento igualitário para meninos e meninas

Com o objetivo de diminuir a discriminação de gênero, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou nesta segunda-feira (26) uma [resolução no Diário Oficial](#) para garantir igualdade nas políticas públicas.

([HuffPost Brasil, 26/12/2016 - acesse no site de origem](#))

A medida estabelece que **princípios igualitários no tratamento de meninos e meninas** sejam levados em consideração principalmente em órgãos voltados para o enfrentamento da violência, como a polícia civil, militar e federal, os ministérios públicos, defensorias e procuradorias gerais dos estados, além de conselhos tutelares, do Ministério Público da União e da Advocacia Geral da União.

As instituições do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes devem priorizar iniciativas que visam “proteger as meninas contra as discriminações, violações e violências de gênero”, diz o texto.

Já os órgãos públicos responsáveis por políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte devem capacitar os profissionais para garantir a igualdade entre meninos e meninas.

Também na área de formação, a resolução prevê que as políticas de educação ampliem programas voltados para profissionais que atuem nas escolas do ensino básico.

Na avaliação de Sérgio Marques, representante da ONG Aldeias Infantis no Conanda, a iniciativa visa reforçar a legislação vigente.

“A gente tem uma Constituição Cidadã de 1988 que estabeleceu diretos

para as pessoas, tem toda uma normatização e políticas que foram construídas depois, mas ainda há necessidade de se romper culturalmente contra a discriminação, contra a diferença que se aplica entre homens e mulheres. O Conanda está reforçando esse arcabouço de legislação para que a gente tenha um Brasil mais igualitário e mais justo para todos, já que a gente tem uma população muito diversificada”, afirmou ao HuffPost Brasil.

Ele destaca que a importância de dois pontos da resolução a fim de mudar a mentalidade de profissionais que atuam em instituições como delegacias e escolas a fim de que “as pessoas possam transpor a sua barreira cultural e garantir que não haja discriminação” tanto contra meninas quanto no caso de pessoas LGBT.

Dos estudantes de 13 a 21 anos que se declaram LGBT no Brasil, 27% são agredidos fisicamente nas escolas e [73% são vítimas de agressão verbal devido à orientação sexual](#), de acordo com a “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”.

Para o especialista, a medida é um contraponto a um movimento com força no Congresso Nacional que resiste a discussões de gênero no ambiente escolar, como o projeto da [Escola sem Partido](#) e a exclusão do tema dos planos de educação tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal.

“É através da formação e informação que as pessoas vão criando consciência e tomando decisões na vida. Infelizmente a gente tem um Congresso com um perfil muito conservador e religioso apegado a dogmas que se nega a discutir um tema tão latente na nossa sociedade para que a gente possa debater essas situações que têm um lastro cultural de discriminação e de não aceitação. Isso acaba gerando uma violência exacerbada e você não coloca esse tema em debate na sala de aula”, afirma Marques.

PFDC quer inconstitucionalidade de leis municipais que proíbem discussão de gênero

As leis são das cidades de Ipatinga (MG), Cascavel (PR), Paranaguá (PR), Blumenau (SC), Tubarão (SC) e Palmas (TO). Pedido foi encaminhado hoje (14/12) ao procurador-geral da República

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, encaminhou, nesta quarta-feira, 14 de dezembro, ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedido para propositura, junto ao Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade de seis leis municipais que proíbem a abordagem de questões de gênero em sala de aula.

[\(MPF, 14/12/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

As leis são das cidades de Ipatinga (MG), Cascavel (PR), Paranaguá (PR), Blumenau (SC), Tubarão (SC) e Palmas (TO), e foram aprovadas entre 2015 e 2016.

Na solicitação encaminhada ao procurador-geral da República - a quem cabe ingressar com pedidos de inconstitucionalidade perante o STF - a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, destaca que o propósito desse conjunto de leis municipais é o de limitar o conteúdo da manifestação docente realizada em âmbito escolar, “o que não pode ser considerado como lícito à luz dos princípios constitucionais e legais atinentes à educação nacional”.

No documento, a PFDC ressalta que a atuação dos municípios na edição de leis que disponham sobre diretrizes e bases da educação viola o princípio do pacto federativo, visto que a disciplina da matéria cabe privativamente à União. Além disso, a objeção a qualquer política de ensino que faça

referência à ideologia de gênero viola direitos fundamentais previstos na Constituição Federal – tais como o direito à educação, liberdade de ensino, e o direito da criança, do adolescente e do jovem a ser colocado a salvo de toda forma de discriminação e violência.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão esclarece que os conceitos gênero e orientação sexual foram construídos com base acadêmica, desde a década de 1970, e que há mais de mil grupos de pesquisa sobre o tema cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Resta evidente que a abordagem da temática de gênero e orientação sexual no ambiente educacional não possui finalidade ideológica – tal como apontado em exposição de motivos de diversas leis aprovadas em âmbito municipal e estadual no Brasil. O tema possui uma sólida base acadêmica, visando à construção de uma escola democrática e plural e, como consequência, uma sociedade com tais características. Essa abordagem é fundamental para que se possa coibir as violações sistemáticas a direitos humanos no Brasil decorrentes de preconceitos de gênero e orientação sexual, que atingem majoritariamente crianças e jovens”, destaca o texto.

Números – Dados do “Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres” mostram que o Brasil é considerado o quinto país mais violento para mulheres, em um universo de 83 nações analisadas. De acordo com ranking da organização não governamental internacional Save The Children, o número de casamentos infantis – antes dos 18 anos de idade – e de meninas grávidas na adolescência colocou o Brasil entre os 50 piores países para se nascer mulher.

A violência no ambiente educacional também preocupa. Segundo a “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”, dentre estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), 73% já foram agredidos verbalmente e 36% agredidos fisicamente nas escolas, descortinando o espaço escolar como um ambiente de violência e que, a partir de práticas pedagógicas, precisa ser modificado.

Os pedidos para apresentação de Arguição de Descumprimento de Preceito

Fundamental (ADPF) atendem a representação encaminhada à PFDC pelo Grupo Dignidade.

Acesse a íntegra dos documentos [aqui](#).

Assessoria de Comunicação e Informação - ACI
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF

O desserviço da ‘cultura das princesas’

A existência de uma Escola de Princesas mostra como o estereótipo de feminilidade resiste e como investe-se na desigualdade de gênero

[\(Carta Educação, 21/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Todo sonho de menina é tornar-se uma princesa. Foi partindo desse pressuposto equivocado que a Escola de Princesas abriu suas portas em Uberlândia (MG) com a finalidade de, mais do que ensinar meninas de 4 a 15 anos a portar vestidos extravagantes e tiaras brilhantes, resguardar valores e princípios morais e sociais. Entre eles, boas maneiras e postura corporal, etiqueta à mesa, a importância da aparência pessoal, como se “guardar” para o príncipe e restaurar a moralidade do casamento.

Para o espanto geral, a proposta pitoresca convenceu famílias e se alastrou. Além da matriz, três outras unidades da Escola de Princesas funcionam no Brasil hoje; duas outras em Minas Gerais, nas cidades de Uberaba e Belo Horizonte, e a terceira em São Paulo, inaugurada por Silvia Abravanel, filha de Silvio Santos.

Desde que caiu na mídia, a existência das escolas é alvo de uma avalanche de críticas. “Como se já não bastasse todas as novelas, revistas e filmes, ainda temos que nos deparar com a institucionalização do que é o ideário de

mulher em uma escola”, indigna-se a antropóloga Michele Escoura.

Autora da tese de mestrado [*Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças*](#), a pesquisadora acredita que a “cultura das princesas” [*dissemina um estereótipo de feminilidade*](#), reforçando desde a infância o que a menina precisa ser para ser feliz. “É uma visão excludente de felicidade porque nem todas se encaixam nesse padrão ou querem segui-lo. E quando o negam, sofrem repreensões sociais. Basta olhar para os comentários que fazem das mulheres que não são vaidosas ou que não querem casar”.

Em sua pesquisa, Michele analisou como as princesas da Disney influenciavam a visão de feminilidade de meninos e meninas da pré-escola e concluiu que, para as crianças, a mulher feliz, ideal, era aquela casada, com dinheiro e dentro de determinado padrão de beleza – jovem, branca, cabelos lisos e longos.

“Fiz parte da pesquisa em uma escola pública de periferia onde a maioria das meninas era negra e, quando brincavam de salão, falavam sempre em fazer chapinha e luzes. Isso é o mais nocivo, pois leva uma série de meninas a [*rejeitar o próprio corpo*](#), a desenvolver uma baixa autoestima”, diz.

Para Hélio Deliberador, professor do departamento de Psicologia Social da PUC-SP, o fascínio que as princesas exercem sobre as crianças explica-se também pelo ângulo da fantasia, da imaginação, de sonhar com um mundo imaginário. “Essas histórias são recorrentes porque se renovam sempre. A indústria do entretenimento se aproveita desses símbolos para trazer sempre algo novo”.

No entanto, diz o psicólogo, uma instituição como a Escola de Princesas acaba afirmando um padrão estético hegemônico e afastando as meninas da realidade. “É uma visão que não corresponde mais à multiplicidade dos papéis de mulheres e homens. Faz uma divisão do papel feminino que perdeu o sentido e reforça um mundo fantasioso que não existe”.

A preocupação em moldar as meninas dentro de uma feminilidade adequada aos estereótipos de gênero, da subserviência, que visa o cerceamento ao

espaço privado e das atividades domésticas não é nenhuma novidade, diz Amana Mattos, professora de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora na área de Infância, Juventude e Gênero. “Faz parte de nossa história educacional. Se você olhar, historicamente, alguns cursos de formação, em outros momentos, já tiveram quase que essa função, de dar uma profissão feminina, geralmente ligada ao cuidado, para a moça ter uma atividade até [casar](#)”.

Para a pesquisadora, a existência de uma instituição como a Escola de Princesas diz muito sobre o momento em que estamos vivendo, com o retrocesso da garantia de uma série de direitos. “Saiu uma pesquisa mostrando que o Brasil é um dos piores países do mundo para ser menina. Nesse cenário, ver uma notícia dessa é preocupante. Gênero e diversidades sexual estão sendo atacados nas escolas por conta da força da bancada conservadora, as políticas públicas em torno disso estão sendo desmontadas. O que essa escola está fazendo é investir na desigualdade de gênero”.

Mas [como fugir da fase das princesas](#) que, cedo ou tarde, acaba acometendo as meninas? Os especialistas concordam que não é possível criar os filhos dentro de uma bolha, imunes a esse tipo de influência, mas é possível buscar [outras narrativas, desenhos, livros](#) que abarquem outros modelos de feminilidade e masculinidade. “É preciso dialogar com o que está aí. Saber que dar uma boneca das princesas para a criança não é também aceitar o pacote completo. Faz parte do processo educativo refletir sobre essas questões com os filhos. E a escola é um lugar importantíssimo para isso”.

Michele acrescenta: “em si, não há nada de mau em aprender a organizar a casa e cozinhar, são noções práticas da vida cotidiana que dão autonomia. O problema de novo é restringir isso como responsabilidade só das meninas”.

Thais Paiva

Nome neutro não basta para uma criação sem estereótipo de gênero, mas ajuda

Mica tem dois anos e apenas os cuidadores, como os seus pais biológicos preferem ser tratados, sabem o seu sexo. Um dia, a criança sai com um vestido rosa cheio de babados e, no seguinte, com um bermudão azul. Fora o visual, nem mesmo o nome de Mica entrega seu gênero de nascimento, porque a educadora Mariana Vieira Carvalho, 29, escolheu um nome que soasse neutro.

[\(UOL, 17/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Vivendo em Campinas, no interior de São Paulo (SP), Mariana não se identifica nem como mulher nem como homem - por isso, não se importa de ser tratada no feminino ou no masculino. Por isso, quando descobriu que estava grávida, decidiu optar por uma criação de gênero neutro. O fator pessoal, no entanto, não deixou a situação mais fácil.

“A gente ainda fica muito preso nessa binariedade. Tanto que, quando vi o sexo na ultrassonografia, comecei a pensar em nomes para a criança vinculado a um gênero”, afirma Mariana.



Mica com os cuidadores, Mariana e Raul; a criança usa roupas diversas para não criar estereótipo de gênero (Foto: Marcos Peron/UOL)

Mariana, ao lado de Raul Almeida Carvalho, 31, decidiu que a neutralidade tinha de vir desde o nome de registro. “Foi difícil porque não há muitas opções contemporâneas. E a gente teve o cuidado de não colocar nenhum nome que pudesse causar um constrangimento futuro.”

De acordo com o terapeuta sexual Breno Rosostolato, professor da Faculdade Santa Marcelina, em São Paulo, nomear uma criança com um termo que não entregue o sexo de nascimento ajuda a criar uma pessoa mais livre dos estereótipos de gênero, mas não é o bastante.

“A criança precisa ter condições de se representar do jeito que ela quiser e principalmente ter essa representação respeitada”, fala Rosostolato.

O especialista diz que, aos cinco anos, uma pessoa já tem compreensão de si para se dizer homem ou mulher. “E se a criança cresce em um ambiente que respeita essa expressão dela por um gênero, isso dá forças para enfrentar

preconceitos. A criança eventualmente vai sofrer, mas com o apoio dos pais tudo se torna mais fácil.”

Para criar esse ambiente mais acolhedor, não é necessário nem mesmo entrar na discussão sobre gênero. Basta ensinar que não importa se é menino ou menina ninguém é melhor do que ninguém.

“É ensinar a se respeitar”, fala Breno Rosostolato. Outro ponto é mostrar que um rapaz, por exemplo, pode, sim, entrar em contato com seu lado mais emocional, pode fazer atividades ditas femininas. “Eu mesmo nunca gostei de dirigir e isso nunca fez eu me sentir menos homem.”

Bernardo, 3, é o filho mais velho da gerente administrativa Sthela Baltazar Bartholomeu, 28, e do assistente de relações internacionais Douglas Bartholomeu da Silva, 31. Ele sempre se identificou como menino e é, nas palavras da mãe, um “moleque”.

No entanto, Bernardo também curte pintar as unhas das mãos. “Ele diz que está colocando cor, brilho. Bernardo me mostra os dedos falando: ‘Olha, mãe, parece um arco-íris’”, fala Sthela.

Os pais de Bernardo nunca viram nenhum problema no fato de o filho gostar de passar esmalte ou brincar de boneca com a irmã mais nova, Cecília, de um ano e meio.



Douglas e Sthela deixam Bernardo, 3, pintar as unhas, mas familiares acham estranho (Foto: Edson Lopes Jr./UOL)

“Mas a minha família estranhou muito. Ficavam perguntando se ele não ia ficar confuso, se não ia saber que era um menino. Sendo que ele nunca demonstrou se identificar com outro gênero que não o designado em seu nascimento”, diz a gerente.

Por mais que o nome de Bernardo não seja neutro, ele já está um pouco mais distante dos estereótipos de gênero. “Mas todo dia, quando ele vai para a escola, preciso conversar com ele de novo sobre como não existe brinquedo de menino ou de menina. Existe brinquedo de criança”, afirma Sthela.

Para Marcelo Moreira Neumann, professor de psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, e um dos autores da pesquisa “Bullying Homofóbico e Desempenho Escolar”, a neutralidade no registro facilitaria de maneira prática a vida de uma pessoa que não se identificasse com o gênero de nascimento.

“O indivíduo não teria de passar por um processo jurídico caso fosse transgênero nem enfrentaria situações vexatórias relacionadas ao nome”, fala o especialista.

Cabe, no entanto, bom senso na hora de escolher uma opção que não

exponha a criança a situações desconfortáveis socialmente. “É preciso ter muito cuidado com o nome porque ele é o nosso cartão de visita. Está muito ligado à nossa identidade. Um ataque ao nome nos atinge diretamente”, diz Neumann.

Aspecto legal

Caso o nome escolhido seja considerado estranho, o Cartório de Registro Civil pode se negar a fazer o registro. “Existe uma regra nos casos de termos que podem expor uma pessoa ao ridículo, como é o caso de Hitler, satanás, Lúcifer”, explica Monete Hipólito Serra, diretora da Arpen -SP (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo).

De acordo com Monete, são poucos os nomes que são barrados, e os pais podem recorrer do veto.

Apesar de Breno Rosostolato não achar que seja o bastante, a preocupação em nomear uma criança com um termo de gênero neutro é uma decisão importante.

“O constrangimento que um transexual passa quando entrega os documentos de registro com um nome diferente do gênero pelo qual ele se apresenta é o mesmo que sofre uma pessoa que odeia o próprio nome.”

Relações de gênero no contexto escolar - São Paulo/SP, 20/09 a 22/11/2016

Como pensar questões de gênero no ambiente escolar? Como lidar com a diversidade e a pluralidade de modelos familiares? A emergência de discussões dessa natureza evidencia a necessidade cada vez mais crescente

de se falar e problematizar as relações de gênero nas escolas, com o intuito de produzir um ambiente igualitário, democrático, formador e respeitador das diferenças.

[\(Centro de Estudos Gracinha, 19/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)



Jacqueline Moraes Teixeira

Doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP) onde obteve o título de mestre também em antropologia social com uma pesquisa sobre gênero e religião. Possui graduação em Ciências Sociais (USP) e graduação em Teologia (Universidade Presbiteriana Mackenzie). É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Religiões, Política e Espaço Público (Nupre) tendo como tema de pesquisa a relação entre direitos reprodutivos e igrejas evangélicas de tradição neopentecostal. Também é pesquisadora do NAU-USP tendo como temática específica a religiosidade no contexto urbano. Atualmente trabalha como pesquisadora assistente no Cebrap, desenvolvendo pesquisas sobre educação, sexualidade e religiões contemporâneas. Tem experiência na área de Antropologia da Religião, Antropologia Urbana e estudos de gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: Religião, Direitos Reprodutivos, Movimentos Sociais.

[Mais de Jacqueline Moraes Teixeira](#)



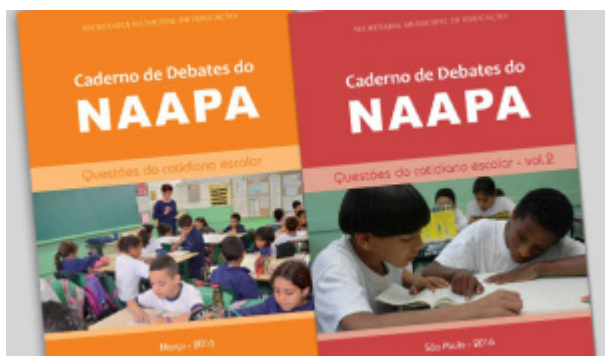
Silvana de Souza Nascimento

Professora do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), desde 2013. Foi docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de 2007 a 2012, onde realizou investigações sobre transexualidades, cidades e movimento LGBT. Realizou pesquisas sobre gênero e sociabilidade entre mulheres rurais, durante o doutorado em Antropologia na Universidade de São Paulo (2001 a 2005) e atualmente desenvolve uma investigação sobre experiências urbanas de mulheres transexuais e travestis, seus desejos e formas de vida, em uma análise comparativa no Nordeste e Norte do país. É vice-coordenadora do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU), da USP e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Publicou diversos artigos em periódicos nacionais e internacionais. Autora dos seguintes livros: “Pitfalls of desire” (2013), “Faculdades femininas e saberes rurais” (2007) e co-autora em “A família como armadilha” (2011).

[Mais de Silvana de Souza Nascimento](#)

Uma introdução ao debate de gênero na educação (ou por que superar a falácia da “ideologia de gênero”)

Este texto é uma adaptação de um capítulo originalmente intitulado “Meninas e meninos na escola”, de autoria de Cinthia Torres Toledo, Fábio Hoffmann Pereira e Adriano Souza Senkevics, publicado no Caderno de Debates do NAAPA (2016), da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.



Gênero é uma ferramenta potencialmente útil para compreender as relações sociais e de que forma desigualdades, hierarquias e opressões permeiam a experiência dos sujeitos. Contudo, em razão de campanhas mal-intencionadas, o

conceito de gênero tem sido apresentado sob a falácia da “ideologia de gênero”, entendido como um elemento doutrinator. Isso é, de fato, exatamente o oposto de seu verdadeiro papel: emancipar sujeitos que se percebam em um emaranhado de relações de poder que limitam nossas possibilidades e horizontes de vida. Este texto nada mais do que é uma tentativa de reforçar esse aspecto, contextualizando o conceito de gênero no debate educacional.

[\(Ensaio de Gênero, 06/09/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

No passado, o acesso das mulheres à educação formal era bem mais restrito ou, quando não, inexistente. Essa situação perdurou por um longo período da história brasileira e só começou a ser revertida com a expansão do acesso à educação em meados do século passado. Embora as mulheres tenham conquistado o direito à educação em 1827, esse acesso se dava de maneira

segregada, em que, entre as poucas mulheres que tinham a oportunidade de estudar, a maioria frequentava modalidades vocacionais de ensino, voltadas à formação de “boas mães” e “boas esposas”, e não propriamente a uma educação orientada ao exercício da cidadania e ao mercado de trabalho. Em paralelo a isso, as condições de vida da população, a divisão sexual do trabalho e as poucas oportunidades de emprego em um Brasil ainda rural eram fatores que desestimulavam um eventual prolongamento da escolarização.

Esse quadro começou a ser revertido quando, por volta da metade do século XX, a construção massiva de escolas passou a elevar substancialmente o acesso das camadas populares à educação. Ao mesmo tempo em que se levantavam prédios para atender à crescente demanda educacional, derrubavam-se barreiras legais que restringiam o percurso educacional de determinados grupos. Exemplo disso é a reforma educacional de 1961, que, ao tornar equivalentes os diplomas de ensino médio, permitiu que inúmeras mulheres que haviam concluído a chamada “escola normal” pudessem continuar seus estudos em nível superior. Não demorou muito para que as mulheres passassem a apresentar taxas de escolaridade superiores às dos homens. Trocando em miúdos, ao romper obstáculos e conduzir a população a uma situação mais igualitária no campo dos direitos sociais, um efeito inesperado aconteceu: a luta por igualdade acabou por produzir uma diferença.

Isso equivale a dizer que as mulheres foram as principais beneficiárias da democratização do acesso à educação, de tal modo que o século passado assistiu à chamada “reversão das desigualdades de gênero”, quando nos referimos aos indicadores de acesso e progresso ao longo do percurso educacional, em que a população do sexo feminino passou a galgar melhores posições, na contramão de sua histórica exclusão. A título de ilustração, dados do Censo Demográfico de 2010 apontaram que, entre a população de 15 a 29 anos, 3,6% dos homens eram analfabetos, contra 1,9% das mulheres. Em decorrência das trajetórias escolares mais acidentadas para os rapazes, 42,4% dos homens entre 15 e 17 anos frequentavam, naquele mesmo ano, o ensino médio regular, comparado a 52,2% das mulheres dessa mesma faixa etária. Como se pode esperar, essas desigualdades se acumulam ao longo do

percurso escolar dos estudantes, de forma que as mulheres representam cerca de 60% dos concluintes da educação superior no Brasil, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2014.

Constatar essas disparidades numéricas não significa afirmar que não existam obstáculos pelos quais as meninas são obrigadas a atravessar em suas vidas. Não podemos esquecer que a violência de homens contra mulheres, o sexismo, e outros problemas sociais afetam a vida das garotas dentro e fora da escola. Ainda considerando indicadores educacionais, de acordo com o estudo Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2014), apesar da presença majoritária das mulheres no ensino superior, elas também estão em maior proporção em cursos de Educação (83%) e Humanidades e Artes (74,2%), as duas áreas com os menores rendimentos médios (R\$ 1.810,50 e 2.223,90, respectivamente). Portanto, podemos dizer que há áreas de conhecimento com predomínio de matrículas de homens, cujas profissões são masculinizadas e muitas vezes associadas a remunerações mais altas, além de maiores possibilidades de acessar cargos de prestígio e postos de poder.

Ao lado disso, as desigualdades socioeconômicas e raciais são marcantes na educação brasileira, atravessando a experiência de meninos e meninas que assume contornos diferentes de acordo com sua cor/raça e classe social. Para ilustrar, segundo o Censo Demográfico de 2010, entre os jovens de 15 a 17 anos da região Sudeste, a taxa líquida de matrícula das meninas brancas era de 64,4%, dos meninos brancos 57,9%, das meninas negras 52,8% e dos meninos negros, 43,2%. A partir desses dados, podemos perceber que, enquanto as meninas apresentam indicadores educacionais superiores aos dos meninos de seu mesmo grupo de cor/raça, as meninas negras ainda apresentam indicadores inferiores aos dos meninos brancos. Já a diferença dos indicadores das meninas brancas para o dos meninos negros é ainda mais gritante, chegando a 21,2 pontos percentuais. Assim, quando pensamos em meninas e meninos, devemos considerar que esses grupos não são homogêneos, envolvendo desigualdades e diferenças também entre os meninos e entre as meninas.

Compreender fenômenos complexos como as desigualdades educacionais

entre homens e mulheres não é tarefa simples. Para abordá-los, é necessário lançar mão de conceitos que iluminem tais problemáticas e articulem formas de compreendê-las, esmiuçá-las e, evidentemente, de propor estratégias de superação. Aqui, nosso foco reside sobre o conceito de gênero.

Apesar de existirem diferentes definições do conceito de gênero e formas de entendê-lo, a depender das autoras/es que escolhermos, podemos pensar em gênero como uma estrutura material e simbólica de organização social. Essa estrutura está organizada em pares dicotômicos, em que cada um dos termos pode ser socialmente considerado feminino e masculino, tratados como polos opostos e excludentes. Configurando a partir dessa oposição, essa estrutura desvela que não meras diferenças entre os polos, senão que nessas polarizações existe também uma hierarquia em que aquilo que é socialmente considerado masculino tende a ser considerado superior do ponto de vista social.

Tomemos como exemplo os termos “emoção” e “razão”. A razão é uma característica considerada masculina e valorizada em nossa sociedade, em nossas relações de trabalho e até mesmo em nossas relações pessoais. Quem nunca ouviu a expressão: “é preciso agir de acordo com a razão”? Ou mesmo: “você é um homem ou um saco de batata?”, utilizada para dizer aos meninos que eles devem ser fortes, racionais e não demonstrarem suas emoções, entendidas negativamente como fraquezas? Não à toa, em nosso vocabulário, encontramos diversas expressões nas quais aquilo que é considerado feminino, ou “de mulher”, é entendido como inferior (“mulherzinha”, por exemplo).

Considerando essas oposições, também podemos entender gênero como um conjunto de processos sociais, históricos e culturais por trás da construção social do sexo. Afirmamos que as distinções de gênero são um forte componente da vida social em sociedades como a brasileira ou, de modo geral, em nações latino-americanas e ocidentais. Por meio dele, desde antes do nosso nascimento somos definidos como pertencentes ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Essa divisão, por sua vez, é a base para inúmeros processos que nos conduzem a diferenciações e à construção de uma identidade de gênero: a escolha das cores do enxoval, os nomes e pronomes,

os brinquedos e atividades de lazer, as carreiras profissionais com as quais nos envolvemos, as perspectivas de relacionamento afetivo e sexual, as expectativas para o futuro etc.

Em todos esses processos, há várias instituições envolvidas: a família, a mídia, a linguagem, a religião, entre outras. Por ser ampla e contínua, a socialização de gênero é um processo que marca a vida de todas e todos e se dá justamente nos diversos encontros que acontecem entre nós e outros indivíduos, grupos e instituições. Mesmo se não pararmos para pensar nesses aspectos, estamos constantemente expressando o que consideramos como feminino ou masculino, bem como o que esperamos de mulheres e homens na sociedade. Crescendo em meio a essas relações, os sujeitos são levados a se construir como meninas ou meninos, dentro de uma sociedade que geralmente considera apenas os gêneros feminino e masculino como possibilidades.

É claro que esse processo não é unívoco. Pensemos, por um momento, nos meninos e meninas transexuais - aqueles/as que assumem uma identidade de gênero diferente do sexo designado em seu nascimento. Estes são o exemplo mais visível de como os processos que vimos discutindo até então não acontecem de forma passiva, em que a sociedade alocaria sobre os sujeitos um conjunto de expectativas pré-fabricadas. Mesmo entre crianças cisgêneras - aquelas que assumem uma identidade de gênero em concordância com o sexo designado em seu nascimento - podemos enxergar processos de recusas e contradições. Quem nunca conheceu uma garota que não fosse classificada como “moleca”? Ou um menino visto pelos adultos como “efeminado”? Há várias formas de “ser menina” e “ser menino”, de tal modo que essas expressões podem estar até mesmo em disputa, quando um jeito de se apresentar como menina ou como menino implica certa tensão ou conflito com outras expressões.

Encerramos este texto, assim, deixando essas indicações de como trabalhar com o conceito de gênero para desvelar relações de poder entre mulheres e homens, meninas e meninos, cis ou trans, em toda sua diversidade. Para quem pretende se aprofundar no tema, recomendamos a leitura do capítulo original ([clique aqui](#)), com exemplos de trabalhos de campo e maior

desenvolvimento do tema. E que gênero seja entendido em suas potencialidades para que possamos compreender melhor a sociedade e a nós mesmos.

Por Adriano Senkevics

Para combater o machismo, educação em casa é essencial, por Gema Lendoiro

Tarefa de conter essa mancha é enorme. Precisa começar na família, já que as crianças aprendem por imitação

[\(El País, 05/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Temos cifras escandalizantes de maus tratos e assassinatos contra mulheres. Damos muita ênfase às leis e, tenho a sensação, ignoramos a questão educativa na infância, a origem de todas as personalidades adultas. De que servem leis exemplares quando a mulher já está morta? De que servem condenações exemplares se o machismo continua correndo solto?

A educação falha porque há muitíssimas coisas que deixamos de lado e não levamos suficientemente a sério. E aí os pais, quando precisamos educar, temos muito a fazer, porque a responsabilidade é enorme. Um homem não nasce estuprador e nem machista. Ele aprende por imitação, principalmente em casa. E tanto da mãe como do pai.

Sou mãe de duas meninas pequenas. Minha tarefa com relação a elas consiste basicamente em que cresçam felizes, sadias mental e fisicamente e com critério, com capacidade para tomar suas próprias decisões quando forem adultas. É uma das bases da liberdade: saber escolher e assumir os

erros caso existam. O problema é que aprender a tomar decisões não se improvisa, aprende-se praticando. Para trabalhar esse critério, preciso deixá-las escolher, mesmo quando é imensamente mais cômodo escolher por elas. Deixar que as crianças comecem a tomar decisões é importante para formá-las com critério. E eu gostaria de deixar claro (hoje em dia é preciso sempre explicar tudo) que não deixo que subam na janela para que saibam o que se sente se caírem no vazio, mas permito, isso sim, que tomem outras pequenas decisões no dia a dia. Como escolher sua roupa, escolher entre descer para brincar no jardim ou ficar em casa brincando e desenhando, deixando que escolham quais atividades extraescolares querem fazer e, inclusive, dentro de um menu equilibrado, em muitos dias lhes dou a oportunidade de decidir entre dois pratos para o jantar. Acredito que fomentar a capacidade de escolha nas crianças fará delas adolescentes e adultos muito mais assertivos quando alguém os agredir ou interferir em seus sentimentos. Aprender a decidir também significa aprender a dizer não.

Claro que não basta que alguns pais façamos isso. Os outros também precisam fazê-lo. Recordo um dia em que a mais velha estava num aniversário. Um menino da classe dela (convencido de que ela tem que ser sua namorada, sendo que ela não tem o mínimo interesse por ele) a estava importunando para que o beijasse. Ela se negava. O menino, persistente, quando viu que não conseguiria por bem, decidiu ir para o tudo ou nada e a agarrou para lhe plantar um sonoro beijo na bochecha. Eu observava de longe, sem querer intervir, queria saber que recursos ela teria. Finalmente, minha filha veio para mim chorando e dizendo que esse menino tinha lhe “quebrado o pescoço” (essa era a maneira de expressar o machucado que sofrera). Em seguida intervimos as duas mães e, para minha surpresa, a mãe do menino explicou à minha filha que o filho dela havia feito isso por “gostar muito de você”. Fui covarde e não chamei a mãe a sós depois do incidente para lhe explicar que quando uma pessoa diz não é não. Tanto faz para mim que seja uma mulher ou um homem. E que gostar muito não dá à pessoa o direito de beijar a outra. Na verdade, não dá direito a nada.

Fui embora do aniversário muito inquieta. Por um lado, estava horrorizada, e por outro sentia uma espécie de medo de ser uma exagerada. E isto me acontece porque ainda persiste na sociedade a ideia de que muitas de nós

dramatizamos atitudes que são, aparentemente, “normais”.

É claro que as leis têm de ser as que sempre garantem os interesses dos cidadãos, mas, por que não focamos de verdade na origem? Todos somos o resultado de nossa educação. E, quando falo de educação, me refiro à família, não à escola (que é educação e também importa). Se não banimos frases e crenças pela raiz, nunca vamos acabar com o machismo. Pais e mães devem trabalhar tanto com os meninos quanto com as meninas. O machismo também ocorre entre as mulheres, e de uma maneira ainda mais ofensiva, se possível.

Chegaram a ler os comentários nas redes sociais sobre o desaparecimento de Diana Quer? Ou os comentários feitos após o estupro de Pamplona? Muitos focam em culpar a vítima, em vez do agressor. Em torná-la responsável pelo ocorrido: quem é que se envolve estranhos; que é preciso ver se havia bebido ou não; que sabe lá Deus se é verdade, porque (este é o pior e há um artigo circulando por aí) “quando as garotas de Navarra ou bascas te dizem sim, tenha cuidado porque, quando voltam a ficar sóbrias, então percebem o que fizeram e denunciam você por estupro”; veja como estava vestida, por isso não me admiro que a estuprem; se na verdade estava buscando confusão... Que educação receberam os que pensam assim?

A educação é um caminho longo, às vezes difícil, mas sempre tem que estar na mesma linha. Se estamos horrorizados com o machismo, não podemos continuar educando as crianças com estereótipos como os “meninos não choram; isso é para maricas; para ser bonita tem que sofrer; que esse esporte é de meninos; bonecas são para meninas”... A lista é interminável. Isso na infância, mas na adolescência o discurso tampouco muda. Por acaso não é uma frase das mães a de que você precisa se dar ao respeito, e por isso não pode ir para a cama com um garoto no primeiro encontro? Sempre vi algo de perverso nesse discurso. Porque, o que se busca com esse conselho não é um respeito emocional, e sim de pureza, de virgindade, como se uma mulher que já não seja virgem não possa ser levada a sério. Busca-se uma ilusão: até que não me ponha o anel ou não me ofereça garantias, não te dou meu corpo. Parece uma manipulação da sexualidade. Só ofereço meu corpo em troca de algo. Gostaria que as jovens percebessem outras coisas mais

importantes, como exigir o respeito de suas emoções e corpos, mas por outras razões que não têm nada a ver com essa ideia de “mulher que já está usada”.

A tarefa educativa para frear este flagelo do machismo é enorme. E, ou começamos a trabalhar sério, ou continuaremos lamentando muitas mortes a cada ano.

A Lei Maria da Penha que não saiu do papel: Falta discussão de gênero nas escolas e muito mais, por Marcella Fernandes

(HuffPost Brasil, 03/08/2016) Em 2006, a Lei Maria da Penha estabeleceu que haveria destaque nos currículos escolares para os “conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”, a fim de coibir tais agressões.

Oito anos depois, o Plano Nacional de Educação (PNE) excluiu conteúdos de gênero do conteúdo da sala de aula. A mesma lógica foi reproduzida nos planos estaduais e municipais. Para especialistas, enquanto o aspecto preventivo da legislação ficar à sombra do punitivo, as mulheres continuarão a serem mortas dentro de casa.

Leia mais: [Dez anos após Lei Maria da Penha, Brasil ainda tem mais de dez mulheres mortas por dia \(HuffPost Brasil, 03/08/2016\)](#)

“É um procedimento extremamente contraditório querer abolir do sistema educacional a temática de gênero quando a violência está vinculada a uma

hierarquia de gênero, a um desrespeito às mulheres. É muito contraditório o Estado dizer que se preocupa com a temática da violência contra as mulheres e excluir a discussão de gênero”, afirma a advogada Carmen Hein, coordenadora do relatório da CPMI da Violência contra a Mulher.

Na avaliação da ex-consultora da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), essa exclusão é inconstitucional e ilegal. “É ilegal porque a Lei Maria da Penha prevê essa discussão e inconstitucional porque fere diretamente a possibilidade de discutir autonomia, dignidade, princípios constitucionais”, argumenta.

Quando o tema é abordado nas escolas, em geral não se discutem as relações de gênero, base para motivar a violência.

Com a resistência na educação formal, a sociedade civil tem se organizado para mudar essa mentalidade. Sob coordenação da professora de Filosofia de Direito Silvia Pimentel e ex-presidente do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) das Nações Unidas, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo elaborou diretrizes para um tratamento de equidade nas questões de gênero.

O documento prevê, por exemplo, “combater e evitar atitudes e comportamentos discriminatórios” por gênero, raça, cor, etnia, religião situação social, orientação sexual e identidade de gênero, além de promoção de debates sobre o tema. A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) estuda a adoção dessas diretrizes em outras universidades dos sistema de ensino superior do Brasil.

“Nós temos uma tradição, uma mentalidade patriarcal e machista”, destaca Silvia Pimentel. Ela lembra ainda que a falta de representatividade na estrutura do Estado com o governo interino de Michel Temer é um entrave simbólico para mudanças pelas vias institucionais. “O poder tem que existir e tem que ser visível. Uma das formas da pauta da mulher estar bem visível é estar no primeiro ranking ministerial”, afirma.

A especialista lembra, contudo, que a questão não é tratada como prioridade tradicionalmente. No final do governo da presidente afastada, Dilma

Rousseff, por exemplo, a Secretaria de Políticas para Mulheres perdeu o status de ministério.

Sem informação

Outra lacuna da execução da lei trata da falta de sistematização de dados, que inviabiliza um diagnóstico preciso da violência contra a mulher. O artigo 8º do texto prevê a “promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher”.

O mesmo artigo estabelece como diretriz o respeito nos meios de comunicação dos “valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica”, de acordo com o estabelecido nos artigos 1º, 3º e 221 da Constituição.

Rede de atendimento

São apontadas falhas ainda no acolhimento e atendimento às mulheres, mesmo na rede especializada, além de dificuldade em chegar a alguns desses estabelecimentos.

Em todo o País, são 502 delegacias de atendimento à mulher, segundo a Secretaria de Políticas para Mulheres. A rede de atendimento conta ainda com 95 promotorias especializadas, 238 centros de referência, 80 casas-abrigo e 596 serviços especializados de saúde.

Levantamento divulgado em 2015 no estudo “A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil”, do Ipea, revela que apenas 10% dos municípios brasileiros contavam com organismos de políticas para as mulheres. São 1,3% com casas-abrigo e 0,7% com serviços de saúde especializados.

Uma opção para aumentar a capilaridade é a realização de consórcios. A modalidade, contudo, não é comum no enfrentamento à violência contra a mulher. Atualmente, apenas três casas-abrigo na região metropolitana de

Belo Horizonte e no ABC paulista funcionam desta maneira, de acordo com a ONU Mulheres.

Para a consultora da ONU Mulheres no Brasil, Wânia Pasinato, um dos desafios atuais é chegar até cidades do interior. “A violência está sendo interiorizada e os serviços de atendimento estão muito mais nas capitais. Então há uma relação entre ter a presença do serviço e contribuir para a redução da violência.”

Ela lembra que a falta de informações precisas dificulta a tomada de decisão sobre onde alocar novas unidades de atendimento. Outro ponto destacado pela consultora é a baixa institucionalidade das políticas públicas, ou seja, a falta de comprometimento dos governos locais e de continuidade das ações com as trocas de mandatos políticos.

Apesar de enxergar os desafios em aprimorar os mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher, Silvia Pimentel comemora o avanço em iniciar a desmitificação do assunto.

“Foi muito feliz que a lei tenha sido apelidada de Maria da Penha porque deu uma concretude muito grande. Não é a lei 11 mil e tal que ninguém guarda na cabeça. Isso eu acho que contribuiu demais para o imaginário popular em termos de reconhecimento contra violência doméstica.”

Acesse no site de origem: [A Lei Maria da Penha que não saiu do papel: Falta discussão de gênero nas escolas e muito mais, por Marcella Fernandes \(HuffPost Brasil, 03/08/2016\)](#)

Como explicar o que é

consentimento às crianças?, por Joanna Schroeder, Julie Gillis, Jamie Utt e Alyssa Royse

(HuffPost Brasil, 02/08/2016) Uma lista de ações para os pais, criada com a esperança de que possamos ter uma geração de crianças menos sujeitas a estupros e ataques sexuais.

O horror do noticiário sobre estupros é um alerta para os pais. Sempre soubemos que estupro é um problema, mas nunca estivemos tão mobilizados para mudar.

Como escritores, educadores e defensores do consentimento, nós quatro fomos inundados com pedidos de pais que querem saber o que fazer para termos um futuro com menos estupro e ataques sexuais.

Acreditamos que os pais podem começar a educar suas crianças sobre consentimento e empoderamento desde o primeiro ano de vida, até o fim da adolescência. Nossa esperança sincera é que essa educação nos ajude a criar adultos empoderados, que sintam empatia pelos outros e entendam claramente o que é o consentimento saudável.

Esperamos que pais e educadores considerem útil esta lista de itens e ferramentas educativas e que, juntos, criemos uma geração de crianças que enfrentem menos estupros e ataques sexuais em suas vidas.

São três seções, baseadas nas idades das crianças: pré-escola, ensino básico e adolescentes e jovens adultos.

Para crianças muito pequenas (de 1 a 5 anos)

1. Ensine as crianças a pedir permissão antes de tocar ou abraçar um amiguinho. Use frases como “Sarah, vamos perguntar ao Joe se ele gostaria de dar um abraço de despedida”.

Se Joe responder “não”, diga para sua filha: “Tudo bem, Sarah! Vamos dar

tchau para ele e mandar um beijo”.

2. Ajude a criar empatia no seu filho, explicando como as ações dele podem ter magoado alguém.

Use palavras como: “Sei que você queria aquele brinquedo, mas você bateu no seu amiguinho e ele se machucou e ficou triste. Não queremos que ele fique triste porque o machucamos”.

Incentive seu filho a imaginar como ele ou ela se sentiriam se outra criança tivesse batido neles. Isso pode ser feito com um tom afetoso e um abraço, para que a criança não sinta vergonha nem constrangimento.

3. Ensine as crianças a ajudar os outros que estejam com dificuldades. Converse com seus filhos sobre ajudar outras crianças e alerte adultos de confiança quando elas precisam de ajuda.

Peça para seu filho prestar atenção nas interações e observar o que está acontecendo. Eles precisam aprender a observar. Pergunte para eles o que eles estão vendo.

Use um bicho de estimação como exemplo. “Parece que a gatinha está com o rabo preso! Precisamos ajudar!” Elogie seu filho quando ele prestar ajuda a outras pessoas, mas lembre-o de que, quando um adulto precisa de ajuda, quem tem de fazer isso é outro adulto.

Elogie seu filho quando ele alertar que as pessoas estão em situação difícil.

4. Ensine para seus filhos que “não” e “pare” são palavras importantes e devem ser honradas. Uma maneira de fazê-lo: “Sarah disse ‘não’ e quando ouvimos ‘não’ sempre paramos o que estivermos fazendo”.

É importante também que eles saibam que o “não” deles será honrado. Explique que nossos amigos sempre devem parar quando nós falamos “não”.

Se um amigo não para quando dizemos “não”, precisamos pensar se gostamos de brincar com eles. Tudo bem escolher outros amigos.

Se achar necessário, intervenha. Seja gentil, explique para a outra criança

como a palavra “não” é importante. Sua criança vai internalizar a importância da ideia para ela e para os outros.

5. Incentive a criança a ler expressões faciais e outros sinais de linguagem corporal: com medo, feliz, triste, frustrado, bravo etc. Jogos com desenhos dessas expressões são uma ótima maneira de ensinar a interpretar esses sinais e expressões.

6. Nunca force a criança a abraçar, tocar ou beijar ninguém, qualquer que seja a razão. Se a vovó pede um beijo e a criança resiste, ofereça alternativas. “Quer soprar um beijo para a vovó?”

Você pode explicar o porquê para ela depois. Não discuta na frente da criança. Se a vovó ficou chateada, que seja. Sua função é fazer o melhor para seu filho e dar as ferramentas para que ele e os outros sejam felizes e seguros.

7. Incentive seu filho a lavar seus próprios órgãos genitais no banho. É claro que os pais às vezes têm de ajudar, mas explicar para o filho por que o pênis é importante e que ele tem de tomar conta dele é uma ótima maneira de incentivar o orgulho e o senso de posse do próprio corpo.

Também dê exemplo de consentimento pedindo permissão para lavar o corpo dos seus filhos. Sempre respeite o pedido do seu filho de não ser tocado.

“Posso lavar suas costas agora? E os pés? E o bumbum?”

Se a criança diz não, peça que ela se lave.

“Legal! Precisamos lavar bumbum. Vamos lá!”

8. Dê a oportunidade de que elas digam sim ou não também nas escolhas do dia a dia. Deixe que elas escolham suas roupas e tenham opinião sobre o penteado e sobre as brincadeiras. Obviamente, em algumas situações você vai ter de se impor (quando estiver frio e ela quiser usar aquele vestidinho).

Ajude-os a entender que você está ouvindo a voz deles e que ela importa para você, mas que você quer que eles estejam seguros e saudáveis.

9. Permita que as crianças falem sobre seu corpo da maneira que quiserem, sem vergonha. Ensine as palavras corretas para seus órgãos genitais, e seja um sinônimo de segurança quando eles quiserem falar de corpos e sexo.

Diga: “Estou tão feliz por você me perguntar isso!” Se você não souber a melhor maneira de responder naquele momento, diga: “Estou feliz que você está me perguntando sobre isso, mas preciso pesquisar. Podemos falar sobre isso depois do jantar?” - e certifique-se de cumprir o combinado.

Se o seu instinto é calá-los ou demonstrar vergonha, treine sozinho ou com um parceiro. Quanto mais você ensaiar, mais fácil será.

10. Fale sobre instintos. Às vezes sentimos medo, estranheza ou nojo e não sabemos bem por quê. Pergunte ao seu filho se isso já aconteceu com ele e ouça a resposta em silêncio, enquanto eles explicam.

Ensine que essa “voz interna” às vezes está certa e que se eles já têm esse sentimento meio confuso, eles podem sempre te procurar para pedir ajuda nas decisões. Lembre-os de que ninguém tem o direito de tocá-los se eles não quiserem.

11. “Use suas palavras.” Não responda nem faça nada quando eles dão chique ou fazem birra. Peça a seu filho para usar palavras, mesmo que sejam simples, para explicar o que está acontecendo.

Para crianças mais velhas (de 5 a 12 anos)

Ensinar desde cedo as crianças a respeitar o espaço das outras pessoas ajuda a desenvolver a empatia.

1. Ensine as crianças que a forma como seus corpos estão mudando é excelente, mas às vezes pode causar confusão. A maneira como você falar sobre essas mudanças — quer se trate de dentes moles ou espinhas e pêlos pubianos - indica sua disposição de conversar sobre outros assuntos sensíveis.

Seja científica, direta e responda quaisquer perguntas que seu filho possa

ter, sem vergonha ou constrangimento.

Mais uma vez, se o seu primeiro instinto é calá-los porque você está envergonhada, treine até conseguir agir com naturalidade, como se o assunto não fosse grande coisa.

2. Incentive-os a falar sobre o que é bom e o que não é. Você gosta de cócegas? Gostaria de ficar tonto? O que mais? Do que você não gosta? Ficar doente, talvez? Ou quando outra criança te machuca? Dê espaço para o seu filho para falar sobre qualquer outra coisa que lhe vem à mente.

3. Lembre seu filho que tudo o que ele está passando é natural. Todo mundo cresce.

4. Ensine as crianças como usar palavras de segurança durante as brincadeiras. Ajude-os a negociar uma palavra de segurança para usar com seus amigos.

Isso é necessário porque muitas crianças gostam de entrar a fundo em seus mundos de faz-de-conta, como brincar de guerra ou fingir que estão discutindo.

Nessa idade, dizer “não” pode ser parte da brincadeira. Por isso, eles precisam ter uma palavra que pare tudo. Talvez seja algo tolo, como “pão com manteiga”, ou mais direto, como “Estou falando sério!” O importante é que funcione para todos.

5. Ensine as crianças a fazer pausas na brincadeira para checar se está tudo bem com os amigos. É importante ensiná-los a dar um tempo de vez em quando, para garantir que todos estão se sentindo bem.

6. Incentive as crianças a observar as expressões faciais uns dos outros durante as brincadeiras, para ter certeza de que todo mundo está satisfeito e seguro.

7. Ajude as crianças a interpretar o que elas veem no playground. Pergunte o que elas poderiam fazer ou teriam feito diferente para ajudar. Se eles chegam em casa e falam sobre um episódio de bullying,

brinque de “voltar no tempo”.

“Você me contou uma história realmente difícil sobre o seu amigo que apanhou. Sei que você estava com medo de intervir. Se voltássemos no tempo, o que você acha que poderia fazer para ajudar?” Improvise tudo: de se transformar em super-herói a chamar um professor.

Elogie o fato de que eles estão falando sobre coisas difíceis.

8. Não provoque as crianças sobre amizades menino-menina, ou por ter paixões. Se a amizade parece ter algum interesse romântico, não diga nada. Você pode fazer perguntas abertas: “Como vai sua amizade com Sarah?”... Esteja preparada para ele falar — ou não falar — do assunto.

9. Ensine às crianças que comportamentos delas afetam os outros. Você pode fazer isso de forma simples, em qualquer lugar. Peça-lhes para observar como as pessoas reagem quando outras pessoas fazem barulho ou jogam lixo na rua. Pergunte o que eles acham que será o resultado. Será que alguém vai ficar com medo? Será que alguém vai ter de limpar o lixo? Explique às crianças como as escolhas delas afetam os outros e explique que há momentos para fazer barulho e lugares para fazer bagunça.

10. Ensine as crianças a procurar oportunidades para ajudar. Eles podem ajudar a recolher o lixo? Podem fazer silêncio para não interromper a leitura de alguém no ônibus? Podem se oferecer para ajudar a carregar um pacote ou segurar a porta? Tudo isso ensina às crianças que elas têm um papel a desempenhar para ajudar a aliviar os pesos proverbiais e literais.

Para adolescentes e jovens adultos

1. A educação sobre “toques bons / toques ruins” continua sendo crucial, especialmente no ensino médio. Esta é uma idade em que surgem várias “brincadeiras de toque”: tapas na bunda, meninos batendo nos órgãos genitais e beliscando os mamilos dos outros. Quando as crianças falam sobre essas brincadeiras, surge uma tendência: os meninos dizem que acham que as meninas gostam; as meninas dizem que não gostam.

Temos de fazer as crianças falar sobre o impacto dessas brincadeiras nos

outros. Eles vão tentar mudar de assunto, mas é importante incentivá-los a conversar. Pergunte como eles se sentiriam se fosse com eles.

Quando vir sinais desse tipo de brincadeira, corte o mal pela raiz. Isso não é “coisa de menino”. É assédio, e às vezes agressão.

2. Desenvolva a auto-estima dos adolescentes. No ensino médio, o bullying passa a visar especificamente identidade, e a autoestima começa a cair em torno dos 13 anos. Aos 17, 78% das meninas dizem odiar seus corpos.

Temos a tendência de incentivar as crianças menores dizendo como elas são incríveis. Por algum motivo, paramos de fazê-lo quando elas chegam ao ensino médio. Mas este é um momento muito crucial no desenvolvimento da autoestima dos nossos filhos, e isso não tem a ver só com beleza. Faça comentários constantes sobre os talentos, as habilidades e a gentileza deles, assim como sua aparência.

Mesmo que eles deem de ombro (“Eu sei, pai!”), é sempre bom ouvir um elogio.

3. Continue tendo conversas sobre sexo e comece a incorporar informações sobre consentimento. Somos bons em falar em esperar até o casamento para ter relações sexuais ou ensinar sobre doenças sexualmente transmissíveis e sexo seguro. Mas não costumamos falar sobre consentimento. É hora de começar.

Faça perguntas como: “Como você sabe se o seu parceiro está pronto para te beijar?” e “Como você sabe dizer se uma menina (ou menino) está interessada em você?”.

Este é um ótimo momento para explicar o consentimento entusiasmado. Sobre pedir permissão para beijar ou tocar um parceiro, explique que só o “sim” significa “sim”. Não espere seu parceiro dizer “não” para pedir consentimento.

Educar consentimento significa que não tem de reeducá-los mais tarde e lidar com maus hábitos, talvez depois que tenha acontecido algum problema.

4. Corte o “papo de vestiário” pela raiz. O ensino médio é quando as conversas sobre sexo começam a acontecer em ambientes segregados por gênero, como vestiários. Paixões e desejos são normais e saudáveis.

Mas, como pais e educadores, precisamos fazer mais do que simplesmente impedir as crianças de falar sobre outras crianças como se fossem objetos. Precisamos também dar o exemplo de como falar sobre nossas paixões como pessoas saudáveis.

Se você ouvir uma criança dizer: “Ela é tem um bundão”, você poderia dizer: “Acho que ela é mais que uma bunda”. Você pode fazer piada, e eles vão revirar os olhos, mas a ficha vai cair. Eles precisam de bons exemplos adultos. Mesmo dizendo algo como: “Também é legal que ela (ou ele) jogue tênis tão bem, não?”.

5. Explique que a mudança hormonal é parte do crescimento e que os hormônios podem te impedir de pensar direito. Às vezes, isso significa um desejo esmagador, ou sensações de raiva, confusão ou tristeza. É perfeitamente normal sentir-se dominado por esses sentimentos novos.

Diga aos seus filhos que eles sempre podem falar com você sobre o que estão sentindo. Mas seus sentimentos, desejos e necessidades são de responsabilidade exclusiva deles mesmos. Eles ainda precisam praticar a bondade e respeito por todos ao seu redor.

6. Oriente adolescentes e meninos em idade universitária sobre o que é masculinidade. Homens precisam falar com os rapazes sobre o que é bom na masculinidade. Pergunte sobre os problemas culturais envolvendo a masculinidade no passado. Como construir uma forma mais inclusiva de masculinidade que abranja todos os tipos de caras: atletas, aspirantes a atores, homossexuais e gente como a gente? Essas conversas podem incentivar uma forma não-violenta de masculinidade para o futuro.

Os meninos precisam começar a falar sobre a construção de uma masculinidade saudável começando no ensino médio e continuar até a faculdade, porque transformar a masculinidade é vital para transformar a cultura do estupro.

7. Fale sinceramente com as crianças sobre festas. Deixe claro que você não quer que eles bebam ou usem drogas, mas que você sabe que as crianças vão a festas e quer que seus filhos estejam bem informados. Pergunte como eles vão se manter seguros quando estiverem bebendo. Perguntas como:

- Como você vai saber que bebeu demais?
- Como você vai agir se o motorista bebeu demais? (Deixe claro que seu filho sempre pode chamá-lo para buscá-lo, se necessário)
- Como você vai saber se o seu consumo de álcool ou drogas atingiu um nível perigoso, ou se já podem ser considerados vícios?
- Como seu comportamento muda quando você bebeu demais? Como você pode proteger os outros de si mesmo nessa situação, se, talvez, você se torna um bêbado nervoso ou que viola o espaço e a segurança das pessoas?
- Como você vai saber se não há problema em beijar alguém, tocar alguém, ou ter relações sexuais com alguém quando você bebeu demais? Explique que o raciocínio às vezes fica prejudicado quando você está bêbado. Como você vai ter certeza que você está lendo os sinais da outra pessoa de forma correta? Sugira que eles sempre peçam permissão para tocar ou beijar outra pessoa, especialmente quando houver bebida envolvida.
- Embora devesse ser óbvio, explique que uma pessoa bêbada, drogada ou alterada não deve ser tocada, assediada ou sexualmente agredida. Ensine seus filhos a defender e procurar ajuda para amigos que estão muito bêbados.
- Tenha cuidado com a linguagem que você usa com seus filhos sobre festas. A responsabilidade de impedir um ataque nunca é da vítima.

8. Continue conversando sobre sexo e consentimento com os adolescentes quando eles começarem a ter relacionamentos sérios.

Sim, eles vão te dizer que sabem tudo, mas continuar a conversa sobre consentimento saudável, respeito pelos nossos parceiros e sexualidade saudável mostra a importância desses temas para você. Isso também normaliza o tema do consentimento, o que significa conversas abertas e

respeitosas com os parceiros.

9. Finalmente, os adolescentes são sedentos por mais informações sobre agressão sexual, o consentimento e sexualidade saudável. Eles querem aprender e vão encontrar maneiras de obter informações sobre sexo. Se você é a fonte de informações — amorosa, honesta e consistente –, eles vão levar essa informação para o mundo com eles.

Acesse no site de origem: [Como explicar o que é consentimento às crianças?, por Joanna Schroeder, Julie Gillis, Jamie Utt e Alyssa Royse \(HuffPost Brasil, 02/08/2016\)](#)

Especialistas apontam a importância da educação de gênero desde a infância

(Correio Braziliense, 11/07/2016) Mães, pais e professores têm papel fundamental na educação de gênero de meninos e meninas. Os ensinamentos, segundo educadores e especialistas, devem começar logo nos primeiros anos de vida, dentro de casa e nas escolas

A realidade da violência contra as mulheres é mais complexa do que se pode imaginar. Elas apanham, sim. São agredidas e mortas. O Estado oferece rede de acolhimento, com delegacias especializadas, 19 varas judiciais específicas, medidas protetivas de afastamento, 40 promotorias, Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, projetos de reinserção da mulher no mercado de trabalho, na convivência social. Mas uma coisa ainda perturba. O homem que quer bater, xingar, ameaçar, matar a esposa, a namorada ou a ex-mulher o fará. O agressor entende que deve e, pior, pode agredir. A mudança de postura deve ser mais profunda, a partir da casa, da escola, da infância.

Incorporar o tema nos colégios não é fácil. É uma das principais reivindicações dos militantes contra a violência de gênero. Há menos de um mês, na Esplanada dos Ministérios, 3 mil mulheres se juntaram para protestar contra a cultura de estupro, pedir justiça para os casos que envolvem violência contra elas e exigir políticas públicas que garantam a educação de gênero nas instituições de ensino brasileiras.

A mobilização foi organizada por 16 entidades ligadas a causas feministas e de defesa da criança e do adolescente. O estopim foi o caso da menina estuprada por mais de 30 homens no Rio de Janeiro. Uma semana depois do crime praticado na capital carioca, Brasília se tornou cenário para a mesma barbárie. Três meninas, de 11, 13 e 15 anos, em locais diferentes do DF, foram estupradas por mais de dois homens.

Quando o assunto entra na pauta em alguma escola, logo é questionado. Um professor do Centro Educacional 6 de Ceilândia passou um trabalho no qual os alunos deveriam debater temas como homofobia, integração de gênero, pansexualidade, relações poliamorosas e transexualidade. Um pai reclamou e deputados distritais pediram esclarecimentos à direção e “providências legais cabíveis”. Uma das parlamentares disse que a atitude era para “defender os valores da família”.

Camila Costa

Acesse no site de origem: [Especialistas apontam a importância da educação de gênero desde a infância \(Correio Braziliense, 11/07/2016\)](#)